



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

29 DE ABRIL DE 2025



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

29 DE ABRIL DE 2025

No dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão da Junta de Freguesia de Aguiar, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a Atividade da Câmara; -----
- 3) Apreciação do Relatório da CPCJ de Viana do Alentejo do ano de 2024; -----
- 4) Proposta de Designação de elementos para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, nos termos do disposto na alínea l) do nº1 do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, na redação atual; -----
- 5) Proposta de aprovação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2024; -----
- 6) Proposta de aprovação da 8ª. alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, ainda em vigor; --
- 7) Proposta de concessão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais; -----

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e constatando a falta da primeira secretária, declarou que nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º do Regimento, nas faltas e impedimentos do primeiro secretário, este é substituído pelo segundo secretário. Assim, na ausência da primeira secretária Marília de Jesus Vaz Rasquinho as funções de primeiro secretário foram exercidas pelo membro Nuno José Caeiro Grave. -----

O Senhor Presidente da Assembleia utilizou então a faculdade prevista no n.º 4 do artigo 16.º do Regimento, designando o membro Sara Patrícia Galega Rodrigues, para integrar a mesa na qualidade de segunda secretária. -----

O primeiro secretário da Mesa procedeu à verificação das presenças, estando presentes os seguintes membros: -----

O primeiro secretário da Mesa procedeu à verificação das presenças, estando presentes os seguintes membros: -----

- Estêvão Manuel Machado Pereira, que presidiu -----
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de primeiro secretário -----
- Sara Patrícia Galega Rodrigues, na qualidade de segundo secretário -----
- Joaquim António Vilalva Teixeira -----
- José Jacinto Bento Grave -----
- António Manuel Dimas Grosso -----
- Marta Sofia São Pedro Lopes Figueiredo Lopes Rebocho -----
- Bernardino António Bengalinha Pinto -----
- José Fernando Nazaré Pereira -----
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes -----



- Manuel Jorge de Matos Rafael -----
- Cecília Isabel Pinto Lopes -----
- Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino -----
- Ricardo Filipe Malagão Soldado -----
- João de Deus Carapeto Fialho -----
- Rosinda de Fátima Bandarra Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar -----
- Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas -----
- Tânia Alexandra Candeias Milhano, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo. --

O membro Marília de Jesus Vaz Rasquinho, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Joaquim António Vilalva Teixeira. -----

O membro Paula Alexandra Mendes Maurício, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro José Jacinto Bento Grave. -----

O membro Fernando Manuel Tim Tim Janeiro mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro José Fernando Nazaré Pereira. -----

O membro Joana de Carvalho Galvão, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Manuel Jorge de Matos Rafael. -----

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes todos os Vereadores. -----

No Período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida, referindo que a mesma se encontrava, como é habitual, disponível para consulta por todos os interessados. -----

Ainda neste período, o Senhor Presidente da Assembleia informou que se encontravam para aprovação três atas, submetendo à apreciação as atas das sessões ordinárias realizadas em 30 de setembro de 2024, 30 de dezembro de 2024 e 27 de fevereiro de 2025. -----

Relativamente à ata da sessão ordinária de 30 de setembro de 2024, não houve qualquer observação, pelo que a mesma foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Não participaram na votação os membros José Nazaré Pereira, João Antunes e Joaquim Vilalva Teixeira, por não terem estado presentes na sessão a que a referida ata diz respeito. -----

No que diz respeito à ata relativa à sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2025, não se registaram quaisquer correções ao documento, pelo que esta foi submetida a votação e aprovada por unanimidade. -----

Os membros Joaquim Vilalva Teixeira, Marília Rasquinho e Manuel Rafael não participaram na votação da referida ata, dado que não estiveram presentes na sessão a que esta se refere. -----

Ainda no Período Antes da Ordem do Dia, usou da palavra a membro Cecília Lopes, que começou por referir que a plataforma Gestiona voltou a apresentar falhas. Referiu que, embora tivesse ocorrido



uma anomalia no dia anterior, que apanhou todos de surpresa, a Assembleia estaria devidamente preparada com antecedência. No entanto, sublinhou que a vida profissional de cada um nem sempre permite a consulta imediata da documentação disponibilizada. -----

Prosseguindo, relatou que, ao tentar aceder à plataforma, não conseguiu, tendo inicialmente pensado que o problema estaria relacionado com a sua Chave Móvel Digital. Insistiu na tentativa de acesso, mas sem sucesso. -----

Nesse contexto, tentou contactar os serviços do Município, sem obter resposta, pelo que recorreu aos seus contactos pessoais dentro da Câmara. Conseguiu, então, falar com a Técnica Marta Ferro, que lhe informou que o problema estava a ser analisado e que iria dar conhecimento da situação para que se tentasse resolver com a maior brevidade possível. -----

Neste sentido, o membro Cecília Lopes referiu que solicitou que lhe fossem enviados os documentos por correio eletrónico, acrescentando que, mesmo assim, tal pedido foi feito já em cima da hora ou, em alternativa, a sessão não se realizaria. Informou que o e-mail com a documentação foi recebido às 15h49 e que, apesar de se encontrar a trabalhar, procedeu de imediato à consulta dos documentos enviados. -----

O membro Cecília Lopes observou ainda que quem prepara as sessões da Assembleia Municipal deveria receber instruções no sentido de, logo pela manhã, verificar o estado da situação e acelerar os procedimentos, sem que tivesse de ser iniciativa dos membros solicitar que a documentação fosse disponibilizada por outra via, salvaguardando assim estas situações. -----

Na opinião do membro Cecília Lopes, tudo poderia funcionar de forma mais eficiente e, passado todo este tempo, estas situações já não se justificam, apesar do contratempo ocorrido no dia anterior, que considerou grave e prejudicial para todos os serviços. -----

Em seguida, o membro Cecília Lopes felicitou a realização do evento Romaria a Cavalo, salientando que o mesmo decorreu com normalidade. No entanto, realçou que, sendo a chegada a Viana do Alentejo uma das fases centrais da Romaria, esta não pode ser pensada apenas para o momento da chegada dos Romeiros, uma vez que o público não se desloca exclusivamente a essa hora. -----

Considerou que, tratando-se de um evento com esta dimensão, a organização das diferentes atividades deve merecer maior cuidado, nomeadamente no que diz respeito à animação de rua, que considerou ter sido bastante escassa. Referiu ainda que a animação das fanfarras, organizada pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo, passou apenas uma vez pelas ruas, o que não permitiu que todos os presentes tivessem oportunidade de assistir. -----

A acrescentou que, para além dessa passagem, não houve qualquer outra iniciativa de animação, com exceção das atuações dos grupos corais na Praça da República, que terminaram com as duas modas que lhes haviam sido solicitadas, mantendo-se apenas música ambiente até às 18h00. -----

Considerou que esta situação não se justificava, face à dimensão e importância do evento. -----

No que diz respeito à animação na tenda, o membro Cecília Lopes salientou que os grupos escolhidos para esse espaço não foram, na sua opinião, a escolha mais adequada. Considerou que deveriam ter sido selecionados grupos com maior capacidade de dinamização, capazes de criar um verdadeiro ambiente de festa. -----



Referiu que tal não se verificou, uma vez que os grupos presentes eram mais direcionados para um público de idade mais avançada, que tende a assistir sentado, o que, segundo afirmou, não corresponde ao tipo de animação que considera apropriado para aquele contexto. -----

Acréscitou que, tal como ela, muitas pessoas partilhavam da mesma opinião, considerando que esta situação poderá ser alterada, caso exista vontade de fazer com que a Romaria tenha o impacto que efetivamente merece no nosso Concelho, em todas as suas dimensões. -----

Sublinhou, ainda, ser fundamental criar condições que atraiam mais público a esta festa, salientando que tal contribuirá também para benefícios a nível económico. -----

Seguiu-se a intervenção do membro João Antunes, que enalteceu dois eventos organizados pela Junta de Freguesia de Viana do Alentejo. -----

Em representação da bancada do Partido Socialista (PS), felicitou a referida Junta de Freguesia pela realização da primeira celebração do Dia da Freguesia, que teve lugar no dia 25 de março, data da Anunciação de Nossa Senhora, bem como pela criação e apresentação do novo site oficial da Freguesia de Viana do Alentejo. -----

Referiu que se tratou de uma festa bonita, bem organizada e que envolveu toda a comunidade local. O membro João Antunes felicitou novamente a Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, que assinalou o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, no passado dia 18 de abril, com a realização de uma visita guiada ao Santuário de Nossa Senhora d'Aires, conduzida pela Dra. Fátima Farrica, historiadora muito conhecida na comunidade. -----

Destacou que esta iniciativa contribuiu para a valorização de um património de grande importância para o Concelho, tendo contado com a participação de 34 pessoas, que assim tiveram oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre a história do local. -----

Referiu que a atividade teve como objetivo não apenas a comemoração do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, mas também a valorização do património histórico e religioso da Freguesia de Viana do Alentejo, bem como a sensibilização para a necessidade da sua preservação. -----

Foi, assim, evidenciado o Santuário de Nossa Senhora d'Aires, recentemente alvo de intervenção, reconhecido como destino de romarias e peregrinações, e como local de fé e devoção para a comunidade. -----

Interveio de seguida a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, Tânia Milhano, que começou por agradecer ao membro João Antunes e à bancada do Partido Socialista (PS) as palavras proferidas relativamente à celebração do Dia da Freguesia e à iniciativa promovida no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios. -----

Salientou que ambas as ações foram organizadas com muito carinho e dedicação, sublinhando que a instituição do Dia da Freguesia pela Junta de Freguesia de Viana do Alentejo representa um motivo de orgulho para os/as vianenses, acreditando que assim continuará a ser no futuro. -----

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo aproveitou a ocasião para, renovar, agora publicamente, o seu pedido de desculpas ao Senhor Presidente da Câmara, embora já o tivesse feito pessoalmente, considerando que tal era justo e oportuno. -----

Esclareceu que, no dia da comemoração do Dia da Freguesia, por lapso, não incluiu nos agradecimentos a Câmara Municipal. Por esse motivo, deixou registado o seu agradecimento ao



Município, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, pelo apoio, colaboração e parceria que têm sido mantidos com a entidade a que preside. -----

Sublinhou, ainda, que se tratou unicamente de um lapso, sem qualquer outra intenção associada. ---
Tânia Milhano afirmou ainda que esperava que todos os vianenses e todas as vianenses considerassem este dia como seu, uma vez que se trata de uma afirmação da identidade cultural da comunidade. -----

Manifestou o desejo de que esta celebração se perpetue no tempo e que esta tenha sido a primeira de muitas edições do Dia da Freguesia. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto usou da palavra para se referir a um assunto constante da ata da sessão ordinária realizada em 30 de dezembro de 2024, mencionado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, relativo ao concurso para condutores de pesados. -----

No seguimento da questão, foi abordada a eventual resposta a ser enviada aos Senhores Vereadores. Contudo, conforme consta num dos parágrafos da referida ata, o Senhor Presidente da Câmara manifestou concordância em que a resposta fosse igualmente comunicada aos membros da Assembleia Municipal, conforme se transcreve: “concordava que fosse dado conhecimento da resposta aos membros da Assembleia”. -----

Face à ausência de qualquer informação recebida até à data, este membro referiu não ter conhecimento sobre a existência de resposta relativamente a este assunto. -----

O Senhor Presidente da Assembleia interveio e declarou que, embora não se recordasse com total certeza, acreditava ter referido que a documentação recebida fosse enviada com conhecimento a todos os Vereadores. Nesse seguimento, a resposta que recebeu e reencaminhou ao requerente foi igualmente remetida a todos os Vereadores, ficando com a convicção de que cada Vereador daria conhecimento aos membros do seu respetivo Partido Político na Assembleia Municipal. -----

Voltou a intervir o membro Bernardino Bengalinha Pinto, referindo que se recordava da discussão anteriormente mencionada. No entanto, esclareceu que a sua questão residia no seguinte: se o assunto em causa foi enviado aos Vereadores e apresentado em sede de Assembleia Municipal, por que razão não teria igualmente sido remetido aos membros da Assembleia Municipal? -----

Acrescentou que, tratando-se de um envio por correio eletrónico, bastaria incluir os destinatários respetivos, não sendo necessário remeter a informação a todos os membros, mas apenas a um representante de cada força política com assento na Assembleia Municipal. -----

Prosseguindo, o membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu ter ficado com algumas dúvidas relativamente a este assunto. Contudo, com base na informação constante da ata aprovada naquela sessão, e tendo em conta que a questão tinha sido abordada em sede de Assembleia Municipal, considerava não existir qualquer impedimento para que os Serviços procedessem igualmente ao envio da referida informação a cada um dos membros da Assembleia. -----

Sublinhou ainda que, uma vez que até à data não tinha recebido qualquer comunicação, pretendia esclarecer se, efetivamente, foi ou não enviada resposta sobre o assunto em questão. -----

Face à intervenção do membro Bernardino Bengalinha Pinto, o Senhor Presidente da Assembleia solicitou que fosse feita a devida verificação do assunto. Aproveitou para referir que, por diversas ocasiões, inclusivamente com a última ata aprovada naquela sessão, verificou-se que o registo vídeo



e os diálogos constantes da gravação não correspondiam, de forma exata, ao que se encontrava transcrito em ata. -----

Salientou, a título de exemplo, que na última ata aprovada existia um parágrafo envolvendo o próprio e o membro Bernardino Bengalinha Pinto, cuja transcrição não refletia integralmente o conteúdo da gravação. Ainda assim, referiu que o seu entendimento tem sido o de relevar essas diferenças, uma vez que não se trata de discrepâncias substanciais que alterem o sentido das intervenções. -----

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que, por seu intermédio, os Serviços procedessem à verificação da gravação da sessão, por forma a confirmar o teor exato das intervenções efetuadas. -----

Independentemente do conteúdo que venha a ser confirmado, afirmou que, na sua perspetiva, não existia qualquer obstáculo à disponibilização da informação a todos os eleitos da Assembleia Municipal. Sublinhou, ainda, que a resposta que tinha recebido foi prontamente reencaminhada ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, autor da questão, e, em simultâneo, a todos os Vereadores da Câmara Municipal. -----

A terminar, o Senhor Presidente da Assembleia reforçou a sua posição, sublinhando que a informação em causa deveria ser enviada a todos os eleitos da Assembleia Municipal, independentemente do conteúdo da gravação. -----

Voltou a intervir o membro Bernardino Bengalinha Pinto, referindo que também não tinha visto a gravação da sessão, tendo apenas consultado a ata, a qual foi aprovada na presente sessão. -----

De seguida, verificou-se a intervenção do membro Frederico Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, que iniciou a sua intervenção com uma apreciação à realização do evento “Romaria a Cavalo”, no que respeita à colaboração estabelecida entre a Junta de Freguesia de Alcáçovas e o Município. -----

Referiu-se à alteração do circuito urbano do evento, manifestando a opinião de que o mesmo deveria ser mantido, posição que já havia transmitido anteriormente ao Senhor Presidente da Câmara. -----

Sublinhou ainda a significativa adesão do público ao longo do trajeto, destacando, em particular, a receção calorosa e o entusiasmo sentido na Praça da República, onde consideraram ter sido evidente o “carinho e o calor humano” demonstrado pelos presentes. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas referiu ainda que a Junta solicitou à organização a disponibilização de pulseiras para certificação dos pequenos-almoços, tendo em conta que a Freguesia de Alcáçovas oferece essa refeição aos Romeiros aquando da partida da sua freguesia. Referiu que o Executivo esteve presente nessa ocasião e que algumas pessoas manifestaram a sua discordância pelo facto de ter sido entregue apenas uma pulseira por cavalo ou por inscrição, o que consideraram insuficiente, uma vez que a logística envolvia vários elementos. -----

Reconhecendo que devem existir limites, afirmou que colocaria essa questão à consideração da organização, numa próxima edição do evento, no sentido de se avaliar a possibilidade de alargar a distribuição das pulseiras. -----

O membro Frederico Carvalho acrescentou que, tal como já tinha referido em reuniões anteriores, será sempre com todo o gosto que a Junta de Freguesia continuará a assegurar os pequenos-almoços, dentro dos limites da razoabilidade. Salientou que a principal questão reside na necessidade de uma



noção clara da previsibilidade das quantidades, de forma a evitar faltas e garantir que todos os participantes possam sair satisfeitos. -----

Neste âmbito, afirmou que o método da pulseira é adequado, no entanto, considerou que a organização deverá ponderar a possibilidade de acrescentar mais alguma pulseira por cavalo ou por Romeiro inscrito, de forma a dar resposta mais eficaz às necessidades logísticas do evento. -----

Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a existência de novas informações relativas às carreiras Alcáçovas/Évora e Évora/Alcáçovas, sublinhando que este era um assunto que já havia abordado por duas ou três vezes em anteriores sessões da Assembleia Municipal. -----

Referiu ainda que este assunto era motivo de discussão entre os fregueses de Alcáçovas, em particular os pais que têm filhos a estudar em Évora e que se sentem bastante prejudicados na sua liberdade de movimentos. Saudou, no entanto, as alterações que tinham sido efetuadas em benefício de todas as freguesias. -----

Por este motivo, manifestou o desejo de que fosse reforçada a carreira que liga Évora a Alcáçovas. --
O membro Frederico Carvalho, a propósito da comemoração dos 10 anos da inscrição da Arte Chocalheira como Património Cultural Imaterial da Humanidade, questionou se o evento que esteve previsto no ano anterior, e que, segundo percecionava, teria semelhanças com o FICO – Festival de Ilustração e Criatividade em Olaria, se encontrava em fase de concretização. Referiu que considerava o FICO um exemplo de boa realização e iniciativa bem-sucedida. -----

Neste sentido, perguntou se esse evento viria a realizar-se e se estavam previstas outras atividades paralelas no âmbito das comemorações. -----

Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas referiu que dispunha de algumas fotografias que, no entanto, não deixou à disposição da Mesa da Assembleia no momento, impossibilitando a sua análise imediata. Esclareceu que as referidas imagens diziam respeito à recolha de papelões em Alcáçovas, assinalando problemas recorrentes em, pelo menos, dois locais bastante específicos onde operam agentes económicos. -----

Indicou, em particular, o Largo do Secador, onde se encontra instalado um supermercado, e o Parque Industrial, onde estão localizadas fábricas de doces, como zonas críticas. Nessas áreas, afirmou que os resíduos de papel permanecem no local tempo suficiente para que cães errantes, outros animais ou o próprio vento espalhem os materiais, contribuindo para a sujidade e degradação do espaço público. -----

Neste contexto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas deixou um apelo no sentido de que fosse feito um alerta à AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, caso esta seja a entidade responsável pela recolha, de forma a agilizar os intervalos entre recolhas, especialmente nos dois locais anteriormente referidos, tendo em conta as razões já expostas. -----

O membro Frederico Carvalho referiu ainda que o executivo da Junta de Freguesia de Alcáçovas enviou, no dia 3 de abril, uma mensagem eletrónica ao executivo municipal, dando conhecimento da adjudicação, a uma empresa, da criação de dois percursos pedestres na freguesia. -----

Informou que, juntamente com essa comunicação, foi igualmente remetido um pedido de autorização para que o Município integrasse esses dois percursos na rede municipal, encadeando-os



na numeração já existente, tendo em conta que, segundo o seu conhecimento, já existe pelo menos um percurso pedestre registado no concelho, concretamente em Viana do Alentejo. -----
Assim, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que verificasse se o processo se encontrava em andamento. -----

Referindo-se à Feira do Chocalho, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas deixou um apelo, sublinhando que a próxima edição do evento coincide com a comemoração dos 10 anos da inscrição da Arte Chocalheira como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Por esse motivo, considerou ser importante que esta edição fosse valorizada com algo adicional, de forma a dignificar e promover ainda mais a Arte Chocalheira. -----

Salientou também que a Junta de Freguesia de Alcáçovas se encontrava a preparar uma iniciativa específica com o objetivo de valorizar esta temática tão genuína e identitária da freguesia. Aproveitou ainda para destacar a existência de duas festas religiosas em Alcáçovas (Festas de São Geraldo, em agosto, e das Festas do Espírito Santo) e que, embora não sejam da competência direta do Município, contam com a parceria e colaboração tanto da Câmara Municipal como da Junta de Freguesia na sua realização. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia referiu que já tinha tido oportunidade de abordar este tema, quer com o Senhor Presidente da Câmara, quer com a Senhora Vice-Presidente, a propósito das referidas festividades religiosas. Assinalou que estas têm vindo a enfrentar algumas hesitações na sua realização nos últimos anos, manifestando o receio de que, com eventuais interregnos, se torne mais difícil a sua retoma, o que poderá comprometer a continuidade dessas tradições. -----

Neste contexto, o membro Frederico Carvalho aludiu às duas festas religiosas que se realizam no concelho sob responsabilidade do Município, nomeadamente, a Romaria a Cavalo e a Feira D'Aires, e apelou ao apoio da Câmara Municipal para a continuidade das duas festividades religiosas da freguesia de Alcáçovas. Sublinhou a importância de manter viva a tradição, preservando o valor cultural e identitário que estas celebrações representam para a comunidade local. -----

Ainda no decorrer da sua intervenção, o membro Frederico Carvalho referiu-se a uma mensagem eletrónica recebida pela Junta de Freguesia de Alcáçovas e, presumivelmente, por outras entidades, remetida pela IP – Infraestruturas de Portugal. Nessa comunicação, era ordenada a remoção de placas sinaléticas, nomeadamente, placas de boas-vindas, colocadas nos dois acessos à Estrada Nacional 2: tanto na entrada proveniente de Montemor-o-Novo, pela estrada do Escoural, como na entrada pela estrada do Torrão, no concelho de Alcácer do Sal, em direção ao concelho de Viana do Alentejo. -----

Referiu que, inicialmente, a Junta estranhou não terem sido alvo da mesma ordem outras sinalizações, mas posteriormente compreendeu que tal se devia ao facto de essas restantes placas estarem colocadas em vias sob concessão ou jurisdição do Município de Viana do Alentejo. Esclareceu que existem duas placas entre Viana e Alcáçovas e uma outra, de âmbito municipal, na zona de Santa Catarina. -----

Acrescentou que a lei evocada na referida mensagem era presumivelmente, de 2015 ou 2016, sendo que existem registos de que as placas em causa se encontram instaladas desde 2009. Salientou que, aquando da entrada em vigor da referida legislação, as entidades competentes nunca notificaram a Junta de Freguesia sobre qualquer necessidade de remoção ou irregularidade. -----



Referiu ainda que não existe qualquer histórico de comunicações anteriores por parte da IP – Infraestruturas de Portugal, nem da entidade que a antecedeu, relativamente a esta matéria. -----
O membro Frederico Carvalho referiu que, para o efeito invocado na comunicação recebida, era provável que estivessem a ser enviadas notificações semelhantes a diversas entidades por todo o país. Explicou que a justificação apresentada indicava que as placas devem ser colocadas a uma distância de 20 metros a partir do eixo central da estrada, o que, na prática, significaria que estariam sempre instaladas fora do domínio público, ou seja, em propriedade privada. -----

Na sua opinião, esta exigência não fazia sentido, tendo em conta a natureza e o objetivo das placas em causa. Acrescentou que gostaria de conhecer qual a base estatística ou os dados concretos que sustentavam a alegação de que aquelas placas representariam um perigo iminente para os condutores. Informou ainda que o executivo da Junta de Freguesia já tinha estabelecido alguns contactos sobre esta matéria, sublinhando, no entanto, que a intenção não era proceder à remoção das placas, mas sim envidar todos os esforços para que estas se mantivessem nos locais onde foram colocadas-----

A terminar a sua intervenção, o membro Frederico Carvalho recordou um assunto que já havia abordado com o Senhor Presidente da Câmara na última reunião que estava relacionado com intervenções previstas no Largo do Poço Novo, que a Junta de Freguesia gostaria de concretizar. Em particular, referiu a intenção de proceder à reabilitação do chafariz existente, à colocação de algumas vedações e à instalação de mobiliário urbano. -----

Mencionou que, nessa ocasião, o Senhor Presidente da Câmara terá indicado que iria verificar que tipo de licenciamentos ou autorizações seriam necessários por parte do Município. Assim, solicitou que esse processo pudesse ser agilizado, tendo em conta que a intenção da Junta era iniciar a intervenção já durante o mês de maio. -----

Justificou a urgência com o facto de o seu mandato estar prestes a terminar e expressou o desejo de poder concretizar essa obra, de modo a apresentá-la à população da freguesia como parte do trabalho desenvolvido pelo executivo. -----

O membro Frederico Carvalho referiu ainda que a Junta de Freguesia de Alcáçovas teve conhecimento do Decreto-Lei n.º 75/2013, de 29 de agosto, o qual constitui uma legislação especial que visa acelerar procedimentos de progressão na carreira, nomeadamente através da contabilização dos pontos acumulados por cada trabalhador com a categoria de Assistente Técnico ou Assistente Operacional. Informou que, no caso específico da Junta de Freguesia de Alcáçovas, existia um trabalhador que seria beneficiado por esta legislação. -----

Nesse sentido, questionou se o Município de Viana do Alentejo estava atento a esta matéria, se já tinha procedido à identificação dos trabalhadores municipais que se encontram nessa condição de possível progressão de carreira e, em caso afirmativo, se essa situação já se encontrava devidamente contabilizada do ponto de vista orçamental. -----

Seguiu-se a intervenção do membro Nuno Grave, que colocou uma questão breve, pedindo que a mesma não fosse mal interpretada. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, questionou qual era a periodicidade com que este reunia com as Juntas de Freguesia do concelho. -----

Justificou a sua pergunta com base na intervenção anterior do membro Frederico Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, e nos diversos assuntos por ele apresentados, dos quais se deduzia que já não ocorria, há algum tempo, uma reunião entre ambas as entidades. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio e deu a palavra ao Senhor Presidente da



Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara começou por cumprimentar todos os presentes, bem como aqueles que acompanhavam a sessão à distância, e agradeceu o apoio dos Técnicos que colaboravam na realização da mesma. -----

Referindo-se à intervenção do membro Cecília Lopes e à falha da plataforma Gestiona, o Senhor Presidente afirmou que o serviço apresentou problemas ontem e que se previa uma nova falha por volta das 22h30/23h. No entanto, destacou que a membro Cecília Lopes teve um prazo de 10 dias para consultar os documentos, os quais foram enviados dentro do prazo estipulado. Salientou que, caso o membro Cecília Lopes tivesse intenção de aceder apenas no último dia, esta situação poderia ter causado imprevistos, e que, se a Assembleia tivesse ocorrido nesse dia, teria sido necessário proceder ao seu cancelamento, devido ao apagão. -----

O Senhor Presidente salientou que, de facto, a plataforma tinha apresentado alguns problemas, mas que estes têm sido ultrapassados, estando atualmente a funcionar de forma relativamente satisfatória. Relativamente à Romaria, referiu que as observações feitas eram opiniões pessoais, já que houve pessoas que gostaram do grupo escolhido, e que, para si, esse facto era indiferente. A tenda esteve com uma ocupação média, mas com a atuação dos DJs, os jovens passaram a preencher o espaço, e, segundo as informações que recebeu, a afluência foi superior à do ano anterior. -----

O Senhor Presidente reforçou a sua opinião relativamente à escolha dos grupos, afirmando que as preferências musicais são meramente “observações” pessoais e que a seleção dos grupos não é feita com base nos gostos do executivo, mas sim procurando agradar à maioria das pessoas. -----

Quanto ao pedido de desculpas que a Senhora Presidente da Junta apresentou publicamente, o Senhor Presidente afirmou que as desculpas foram aceites e que o assunto já tinha sido abordado. -- Acrescentou que o executivo esteve e estará sempre disponível, conforme a Senhora Presidente da Junta já havia constatado. -----

Referindo-se à intervenção do membro Bernardino Bengalinha Pinto, o Senhor Presidente afirmou que habitualmente solicitava a quem secretariava, tanto nas reuniões de Câmara como nas sessões da Assembleia Municipal, que registasse estas questões e as fizesse chegar aos serviços competentes, pois não considerava necessário ser ele a preocupar-se com o envio da informação. Acrescentou que quem redige as atas também deveria incluir estes apontamentos, evitando assim que lhe coubesse a responsabilidade de confirmar os procedimentos. -----

Relativamente ao envio dessa informação, o Senhor Presidente referiu que não existiam dúvidas quanto aos destinatários, uma vez que faria todo o sentido que os membros da Assembleia Municipal fossem igualmente informados. -----

Prosseguindo, o Senhor Presidente da Câmara dirigiu-se ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas para confirmar que haviam reunido há cerca de duas semanas, mais concretamente no dia 10 de abril. Com esta confirmação, considerou estar respondida a questão anteriormente colocada pelo membro Nuno Grave. -----

Relativamente a este assunto, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que não existia uma calendarização fixa para reunir com os executivos das Juntas de Freguesia, mas que se encontrava sempre disponível para agendar reuniões, ajustando as datas de acordo com a disponibilidade de todas as partes envolvidas. -----

Acrescentou que, inicialmente, se tentou estabelecer uma periodicidade mensal para essas reuniões; no entanto, devido à dificuldade em articular datas, ficou definido que, sempre que houvesse



necessidade, seriam as Juntas de Freguesia a solicitar a respetiva marcação. -----
O Senhor Presidente acrescentou que “era um hábito do Senhor Presidente da Junta de Freguesia” reiterar, em sessão da Assembleia, assuntos que já haviam sido abordados previamente em reunião. Referiu que este comportamento já não lhe causava estranheza, considerando tratar-se do seu método de atuação — afirmou. -----

Respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, a propósito da questão das pulseiras, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a situação teria de ser muito bem ponderada, uma vez que o alargamento do número de pulseiras implicaria uma logística três a quatro vezes superior à dos próprios romeiros. Acrescentou que, na prática, quando os participantes solicitavam o pequeno-almoço, faziam-no não apenas para si, mas também para os restantes elementos da sua logística. -----

Neste âmbito, o Senhor Presidente exemplificou com o caso de um romeiro que participa habitualmente na Romaria, trazendo consigo oito cavalos, ou seja, efetuando oito inscrições, e mobilizando um total de 52 pessoas na sua logística. Relativamente a esta questão, referiu que já tinham existido outras pessoas que manifestaram preocupações semelhantes. No entanto, alertou que o simples alargamento para duas pulseiras por inscrição implicaria, na prática, duplicar o número total de inscrições, o que teria um impacto significativo na organização e na capacidade logística do evento. De qualquer forma, o Senhor Presidente afirmou que iria submeter esta questão à apreciação, uma vez que existia um conjunto de quatro entidades responsáveis pela organização do evento, não dependendo, por isso, unicamente da sua vontade. -----

Relativamente ao assunto dos transportes, informou que passaria a palavra à Senhora Vereadora Paula Neves, responsável por esta área. -----

Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente explicou que, relativamente ao evento comemorativo dos 10 anos da inscrição da Arte Chocalheira como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, houve necessidade de proceder ao seu adiamento, em virtude da desistência da pessoa responsável pela conceção do evento. -----

Informou que, até ao momento, ainda não estava definida uma nova data para a sua realização, mas assegurou que a intenção do executivo municipal era concretizar o referido evento. -----

Além disso, existia uma parceria com a Entidade Regional de Turismo, que estava a remunerar o responsável pela criação do evento. Com a sua desistência, será necessário encontrar uma alternativa e avaliar em que moldes o projeto poderá continuar tendo em conta o trabalho já desenvolvido até ao momento. -----

Relativamente à questão dos papelões e dos resíduos recicláveis em geral, o Senhor Presidente referiu que o papelão representa o maior desafio, uma vez que a quantidade de papel é significativamente superior à de outros materiais, como o vidro. Acrescentou ainda que muitos municípios não têm o cuidado de desmontar as caixas antes de as depositar, o que faz com que estas sejam colocadas inteiras nos contentores, dificultando a sua correta utilização. -----

O Senhor Presidente informou ainda que o serviço de recolha dos resíduos recicláveis deixou de ser assegurado pela AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, uma vez que a entidade ficou sem motoristas de veículos pesados e, conseqüentemente, rescindiu o contrato com a Câmara Municipal. Por esse motivo, o Município foi forçado a assumir diretamente essa responsabilidade e, atualmente, encontra-se numa fase de adaptação. Houve meses particularmente difíceis, nos quais se instalou alguma desorganização, mas neste momento o serviço encontra-se a decorrer com maior



regularidade e eficácia. -----

O serviço tem vindo a ser executado pelos trabalhadores da Câmara Municipal, utilizando para o efeito a viatura pertencente à AMCAL. Para tal, é paga a respetiva taxa de utilização, de forma a assegurar a continuidade da recolha dos recicláveis. -----

Sobre o e-mail do Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas relativo aos percursos pedestres, o Senhor Presidente referiu que abordaria o assunto mais tarde, uma vez que, no momento, não o tinha presente. -----

Continuando a sua intervenção, referiu que, relativamente à Feira do Chocalho e assinalando os dez anos da elevação da Arte Chocalheira a Património Cultural Imaterial da Humanidade, a intenção seria dar-lhe algum destaque. No entanto, consideram que esse reconhecimento não deverá ocorrer no âmbito da feira, mas sim através de uma iniciativa autónoma, o que, na sua perspetiva, valorizará muito mais a Arte Chocalheira. -----

Esclareceu ainda que, embora a Feira do Chocalho inclua referência aos chocalhos e à Arte Chocalheira, a mesma abrange um conjunto mais alargado de atividades. Sublinhou que não se pretende transformar a Feira do Chocalho num evento exclusivamente dedicado à Arte Chocalheira, uma vez que esta, por si só, não tem dimensão suficiente para sustentar a totalidade do certame. Contudo, referiu que, este ano, haverá certamente um destaque à Arte Chocalheira, o qual poderá servir de referência e base de avaliação para as edições futuras da Feira. -----

Prosseguindo, o Senhor Presidente referiu-se ao tema relacionado com as festividades em honra de São Geraldo e de Nossa Senhora da Esperança, considerando tratar-se de um assunto sensível e complexo. Esclareceu que nenhuma das entidades responsáveis pelas referidas iniciativas solicitou apoio à Câmara Municipal ou pediu a sua intervenção direta na organização. Sublinhou que não compete à Câmara assumir esse papel, uma vez que se trata de celebrações de cariz religioso, que contam com a colaboração de outras entidades. Ainda assim, a Câmara tem procurado apoiar e sugerir soluções, sendo este assunto já anteriormente abordado com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas. -----

O Senhor Presidente acrescentou que possui opiniões diferentes daquelas sustentadas pela organização relativamente às festas, mas reconheceu que, por se tratarem de iniciativas da respetiva organização, não vislumbra forma de a Câmara intervir de modo diferente. -----

De qualquer forma, a Câmara Municipal apoia as iniciativas e já foi solicitada a ajudar com a pintura e algumas reparações na Igreja de São Geraldo. No entanto, a Câmara não tem capacidade para intervir diretamente naquela igreja, podendo apenas realizar pequenos arranjos e alguns trabalhos de organização. -----

Na opinião do Senhor Presidente, deveria haver interesse, por parte da entidade organizadora, em manifestar a intenção de que a organização da festa ficasse a cargo da Câmara Municipal, em vez de, por exemplo, do Sport Clube Alcaçovense. -----

Sublinhou, no entanto, que tinha dúvidas quanto à capacidade da Câmara Municipal, sozinha, para organizar mais estas duas festas. Referiu, a título de exemplo, que a Romaria a Cavalo é uma iniciativa promovida por várias entidades, incluindo a Igreja. Já a festa de São Geraldo, por ser um evento de menor dimensão, seria mais simples de organizar, embora também exigisse o apoio de outras instituições. -----

Relativamente à informação da IP – Infraestruturas de Portugal sobre as placas, informou que a Câmara também a tinha recebido e que, tal como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia



mencionou, a IP – Infraestruturas de Portugal, refere que as placas em questão devem estar colocadas a 20 metros ou a 5 metros do talude. -----

Disse que não sabia exatamente o que entendiam por “talude”, pois o termo pode ter diferentes significados, mas que estavam em contacto com a entidade para chegar a um entendimento e esclarecer o que é pretendido. De acordo com o que a entidade refere, esta situação não está relacionada com Viana do Alentejo; trata-se de uma campanha nacional, que alega a existência de acidentes causados pelos painéis. -----

O Senhor Presidente salientou que, apesar de terem recebido a intimação para a retirada das placas, não iriam efetuar-las imediatamente, preferindo antes avaliar e analisar cuidadosamente os locais. ---
 Informou que, nos contactos com a entidade, tinha referido que as placas já estavam colocadas há muitos anos, tal como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas também tinha observado. Acrescentou ainda que mandou pintar as placas e que nunca ninguém o tinha alertado sobre qualquer problema, mas que lhe foi então explicado tratar-se de uma campanha a nível nacional. Em relação ao largo do Poço Novo, assunto já anteriormente abordado com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, disse que ainda não tinha respondido porque, além da azáfama causada pela iniciativa Romaria a Cavalo, o Senhor Arquiteto esteve de férias. Embora já tenha regressado ao serviço, ainda não conseguiu falar com ele para lhe apresentar especificamente o projeto deixado pelo anterior executivo e analisar como podem articular-se algumas coisas em conjunto. -----

Quanto aos valores, afirmou que estes tinham de estar devidamente previstos, uma vez que se tratam de valores obrigatórios por lei. -----

O Senhor Presidente da Câmara passou a palavra à Senhora Vereadora Paula Neves, Vice-Presidente da câmara, para esclarecimento sobre os transportes. -----

No uso da palavra, e em resposta à questão levantada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, referiu que o assunto relativo aos transportes já havia sido abordado com o mesmo, através de correio eletrónico. -----

A Senhora Vereadora informou que foi criado um novo horário de transporte a meio do dia, com partida de Évora às 13h05, e passagem por Aguiar, Viana e Alcáçovas. Esclareceu que este serviço não existia anteriormente, tendo sido negociado com bastante esforço até se conseguir a sua implementação. -----

Salientou ainda que este transporte funciona apenas em período letivo e que foi realizada uma experiência para avaliar a afluência de passageiros. Verificou-se que, em todos os dias da semana, existia procura, pelo que se decidiu manter o funcionamento do referido horário em todos os dias úteis. -----

Neste sentido, a Senhora Vereadora referiu que todas as pessoas que pretendam deslocar-se de Évora para Alcáçovas podem fazê-lo no horário definido, estando essa informação disponível na página do Município. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e apelou à capacidade de síntese do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, dado que iria fazer nova intervenção. -----

Na sua intervenção, o Senhor Frederico Carvalho respondeu ao membro Nuno Grave, esclarecendo que, de facto, teve lugar uma reunião no dia 10. Acrescentou, contudo, que, já em sessões anteriores, tinha manifestado a sua preocupação quanto à escassez de reuniões entre os dois órgãos,



considerando que, na sua perspetiva, seriam necessárias mais reuniões. -----

Ainda no uso da palavra, o membro Frederico Carvalho referiu-se a diversos assuntos que tem vindo a reforçar nas sessões da Assembleia Municipal e que já foram também abordados em reuniões com o executivo municipal. Considerou tratar-se de um dever seu, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, esclarecer todos os presentes sobre a natureza das relações institucionais entre as duas entidades. Sublinhou ainda que existem eleitos na Assembleia Municipal pertencentes à freguesia de Alcáçovas e que, por esse motivo, sentia como uma obrigação sua prestar esses esclarecimentos. ----
Referiu ser uma pessoa de fé, acreditando que, no espaço de uma semana, um mês ou dois, possam surgir novidades. É por isso que insiste frequentemente no mesmo assunto, esperando que o Senhor Presidente da Câmara possa, em algum momento, apresentar uma resposta que vá ao encontro dos anseios da Freguesia de Alcáçovas. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas referiu-se à questão anteriormente colocada pelo membro Bernardino Bengalinha Pinto, relativa à informação a ser enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, tendo recordado que o Senhor Presidente da Câmara havia concordado com essa ação. -----

Recordou que o membro Nuno Grave, há algum tempo, havia mencionado um assunto polémico relacionado com a prospeção mineira, sobre o qual o Senhor Presidente da Câmara declarou não ter conhecimento oficial. Informou que a Junta de Freguesia de Alcáçovas já dispunha dessa informação e que ele próprio fez questão de a esclarecer, tendo solicitado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que a reencaminhasse para todos os membros. -----

Neste contexto, referiu que fazia todo o sentido que a informação relativa ao concurso de pesados fosse igualmente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, tendo sido essa, pelo menos, a impressão com que ficou. -----

Relativamente às festas religiosas em Alcáçovas, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas destacou a importância de estimular as iniciativas, sem, no entanto, substituir-se à organização. Referiu que os executivos da Junta, assim como muitos fregueses, têm constatado que determinadas tradições estavam a perder-se, o que causava preocupação e impedia que ficassem indiferentes a essa situação. Por este motivo, a Junta de Freguesia de Alcáçovas incentivou o executivo municipal, em articulação com os outros coparticipantes (Paróquia e Sport Clube Alcaçovense), a promover novidades, nomeadamente no âmbito das festas de São Geraldo. Para tal, já foi solicitada uma nova reunião, a qual, contudo, foi reagendada. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas recordou ao Senhor Presidente da Câmara que tinha sido realizada uma visita a São Geraldo, na qual o executivo municipal, através do seu Arquiteto, assumiu o compromisso de tentar dinamizar um projeto de reabilitação ou, alternativamente, de o submeter à então Direção Regional de Cultura, atualmente Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA).-----

Sublinhou ainda que, “às vezes, com pouco, podia fazer-se muito”, referindo que, segundo a perceção do executivo da freguesia, tanto no adro como no interior da ermida, existia potencial para intervir com resultados visíveis, e que, nesse contexto, a Paróquia e os restantes parceiros poderiam demonstrar maior disponibilidade e motivação. -----

Informou que o seu executivo já tinha estabelecido contacto com a Dra. Ana Paula Amendoeira, tendo tomado conhecimento da existência de linhas de financiamento destinadas a edifícios não classificados. Essa seria, precisamente, a novidade a apresentar na reunião, entretanto reagendada.



Enfatizou a importância de que todos os parceiros estejam em sintonia e trabalhem em conjunto pelo mesmo objetivo, sob pena de se perderem tradições que valorizam significativamente o Concelho. Reiterou, ainda, a relevância de eventos como a Romaria a Cavalo e a Feira D'Aires para a identidade cultural e social do território, realçando o cariz religioso dessas celebrações, que representam o “fulgor” do Concelho. -----

Frederico Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, referiu ainda que, embora estas festas pertençam a uma freguesia e tenham uma expressão mais reduzida, não deixam de contar com crentes nem de constituir uma importante afirmação popular local. -----

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao membro António Grosso que, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e informou que iria abordar o tema dos transportes, área da sua especialização profissional. Este membro disse que a responsabilidade dos transportes é da CIMAC – Comunidade Intermunicipal que tem a seu cargo os transportes nos catorze concelhos do Alentejo Central. Neste âmbito, referiu que tinha de felicitar o trabalho da Senhora Vereadora Paula Neves, Vice-Presidente da Câmara, relativamente a este tema, pois tratou-se de uma “luta” grande, na medida em que teve de enfrentar muitos obstáculos. Esta situação prende-se com o facto de, no anterior mandato, a Câmara ter delegado competências na CIMAC — Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, que é a entidade responsável por esta área. -----

Acrescentou ainda que existe um Caderno de Encargos que foi entregue a uma empresa, sendo que qualquer alteração ao mesmo só pode ser efetuada mediante acordo entre ambas as partes. Referiu também que os Municípios são, igualmente, afetados do ponto de vista financeiro. -----

O membro António Grosso referiu que a única situação que não foi possível concretizar foi a criação do percurso Alcáçovas/Évora. Informou que, de acordo com as sondagens que transmitiu à Senhora Vereadora Paula Neves, durante o período da pandemia, o percurso Alcáçovas/Évora registou uma procura inferior relativamente ao trajeto Viana/Évora. Acrescentou que o valor exigido pela CIMAC para assegurar o percurso entre Alcáçovas e Viana, necessário para completar a ligação a Évora, era, na sua opinião, uma exorbitância, tratando-se de um trajeto com apenas cerca de 10 minutos de duração. -----

Explicou ainda que a Senhora Vereadora Paula Neves tinha alcançado um resultado notável, pelo qual lutou bastante: a validação dos passes tanto no percurso Alcáçovas/Viana como no percurso Évora/Alcáçovas. Sublinhou que, além dessa conquista, o preço dos bilhetes se manteve inalterado. A finalizar a sua intervenção, o membro António Grosso felicitou a Senhora Vereadora Paula Neves pelas conquistas alcançadas, sublinhando que as mesmas foram o resultado de um esforço considerável e de uma luta persistente. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio para esclarecer que o que não se conseguiu foi o transporte direto, tendo sido possível assegurar o transporte no percurso Évora/Alcáçovas, que exige passagem por Viana. -----

Terminado o período de “Antes da Ordem do Dia” e considerando a presença de público na sala, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o primeiro período destinado à intervenção do público, não se tendo registado qualquer participação. -----

Entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos: -----



Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão- A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta, no final da mesma, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----

Ponto dois) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da câmara – Neste Ponto da Ordem de Trabalhos o Senhor Presidente da Câmara explicou que este documento era o resumo das informações sobre a Atividade da Câmara que é submetido a apreciação nas reuniões de Câmara ---- Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, Frederico Carvalho, referindo-se aos procedimentos concursais em curso. Indicou que estavam previstos três postos de trabalho: para Assistentes Técnicos, para Nadadores-Salvadores. No entanto, pelo que conseguiu apurar, não houve candidaturas para essas posições. Questionou se será necessário abrir novo procedimento concursal e se existe alguma alternativa para suprir esta carência de pessoal. ----- Fez também referência ao posto de trabalho de Técnico Superior na área do Turismo, com início de funções a 1 de julho, tendo questionado se este estaria afeto a algum equipamento específico ou se, por outro lado, tal ainda não se encontraria definido. -----

No que diz respeito à questão financeira, questionou se o valor apresentado de 946.799,85€ seria um valor aceitável e se estaria dentro dos parâmetros normais, ou se, pelo contrário, teria ocorrido um aumento substancial daquele montante. Questionou igualmente os valores a liquidar com mais de 90 dias, no montante de 182.236,22€, bem como as dívidas em que o Município é credor, interrogando-se se os valores apresentados estariam relacionados com rendas que não estão a ser cobradas, nomeadamente relativas ao fornecimento de águas ou outros serviços. -----

Perante esta situação, perguntou se estaria a ser estudada alguma forma de reduzir o valor total em dívida, que, em números redondos, ascende a cerca de 480 mil euros. -----

Seguiu-se a intervenção do membro Bernardino Bengalinha Pinto, que se referiu ao tema da prospeção mineira, questionando se a Câmara já tinha respondido no âmbito do processo, qual o teor da resposta, e se esta foi enviada dentro do prazo estipulado. -----

Fazendo ainda referência a uma das atas anteriores, onde se mencionava que o executivo em regime de permanência iria reunir com a IP – Infraestruturas de Portugal para tratar de vários assuntos, colocou a questão relativamente ao acordo que teria sido assinado. Em particular, quis saber se, nessa reunião, foi abordado o tema da eletrificação da linha Beja–Casa Branca, nomeadamente no que respeita às passagens desniveladas ou passagens aéreas, conforme habitualmente designadas. -----

Seguidamente, o mesmo membro perguntou qual o ponto de situação relativamente à adenda ao acordo com o Ministério da Administração Interna para a construção do Quartel da GNR, referindo que tal acordo já teria sido assinado, pelo que pretendia saber se havia desenvolvimentos. -----

Por último, referiu-se às declarações do Senhor Presidente da Câmara, que por diversas vezes afirmou estar a cumprir os prazos relativamente às casas pré-fabricadas de Aguiar. Tendo analisado a adenda ao acordo, perguntou a que prazos concretos o Senhor Presidente se referia quando afirmava que os mesmos tinham sido cumpridos. Colocou ainda uma questão adicional, referindo que, segundo a referida adenda, estava previsto que o investimento total fosse realizado durante o ano de 2025, tendo perguntado se tal seria efetivamente possível, ou se não seria mais prudente dividir esse investimento por 2026, pelo menos. -----



Seguiu-se a intervenção do membro João Antunes, que fez alusão a um ponto da Informação sobre a Atividade da Câmara, referente à realização de um simulacro na Praça da República, ocorrido no passado dia 24 de março, evento este em que o Senhor Presidente da Câmara esteve presente. ----- Este membro expressou concordância com este tipo de iniciativas, acrescentando que, tendo em conta a declaração do Adjunto do Comando dos Bombeiros de Viana do Alentejo, o exercício teve como objetivo principal aferir as dificuldades existentes no centro da vila, nomeadamente em relação às ruas estreitas e à presença de carros estacionados. -----

Perante esta análise, o membro João Antunes questionou se o executivo tinha previsto adotar alguma medida ou deliberação, face aos alertas lançados pelo Senhor Adjunto do Comando dos Bombeiros de Viana do Alentejo. -----

Em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, após confirmação com a Senhora Vereadora, informou que apenas se apresentou um candidato ao concurso para Nadadores-Salvadores, o que se revelou insuficiente, uma vez que estavam previstos três lugares. -----

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que seria necessário realizar novo procedimento de contratação ou concurso, admitindo ainda não ter uma solução definida, mas garantindo que se procurariam alternativas para resolver a situação. -----

Este ano estavam assegurados dois Nadadores-Salvadores: um que já se encontrava em funções e outro que se candidatou recentemente. De acordo com as informações recebidas, este último possui a licença atualizada e toda a documentação em conformidade, pelo que reúne as condições necessárias para concorrer e ser admitido. -----

Em relação ao assunto acerca do Técnico Superior de Turismo, salientou que era um assunto que pertencia à Divisão da Cultura, pelo que o referido Técnico ficaria afeto àquela Divisão. -----

Para esclarecer a questão financeira, o Senhor Presidente informou que foi solicitado o apoio do Técnico João Murteira, responsável pela área financeira da Câmara Municipal. -----

Antes da intervenção do Técnico, o Senhor Presidente da Câmara referiu que seria importante esclarecer a situação das dívidas relativas ao consumo de água e ao pagamento de rendas, uma vez que estas representam a maior parte do montante global, que ascende aos 480 mil euros. -----

O Técnico João Murteira explicou que, no que diz respeito às dívidas, essa matéria não é diretamente da sua competência. Contudo, adiantou que a questão é relativa, pois os montantes com menos de 90 dias poderão estar associados a autos de empreitadas que foram lançados, mas cujos pagamentos ainda não foram efetuados, sendo, por isso, valores naturalmente mais elevados. -----

Relativamente às dívidas com mais de 90 dias, conforme indicado na informação previamente disponibilizada, estas não são da responsabilidade direta do Município. Esta situação pode dever-se à falta de documentação por parte dos fornecedores, nomeadamente declarações de inexistência de dívida, ou à emissão de faturas relativas a trabalhos realizados, mas ainda não entregues. Ainda assim, todas as faturas emitidas têm de ser registadas, uma vez que, contabilisticamente, já existem, sendo por isso incluídas nos valores apresentados. -----



O Técnico João Murteira esclareceu que mais de 50% do valor apresentado diz respeito a um processo judicial em curso com a empresa PROTECNIL, no montante de 69 mil euros. No entanto, referiu não ser possível, neste momento, explicar em detalhe todas as situações incluídas nesse valor. -----

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a explicação prestada pelo Técnico e respondeu às questões colocadas pelo membro Bernardino Bengalinha Pinto. -----

No que respeita ao tema da Prospeção Mineira, informou que a resposta foi enviada um dia antes do termo do prazo estipulado e que, até à data, não foi recebido qualquer retorno, pelo que não existe, neste momento, qualquer ponto de situação a reportar. -----

Relativamente à IP – Infraestruturas de Portugal e ao “célebre” troço em questão, o Senhor Presidente da Câmara informou que teve recentemente contacto com aquela entidade. Após alguma insistência por parte do Município, foi solicitado o envio das atas da reunião de Câmara e da sessão da Assembleia Municipal, uma vez que o acordo remetido pela IP para assinatura ainda continha o nome do anterior Presidente da Câmara, Bernardino Bengalinha Pinto. -----

Por este motivo, foi solicitado que a situação fosse corrigida, o que tem contribuído para o arrastamento do processo. -----

O Senhor Presidente informou que tinha falado com a Dr.^a Cristina, que lhe transmitiu ter solicitado à colega que entrasse em contacto consigo, de forma a poderem esclarecer melhor a situação e encontrar uma solução. No entanto, desde então, não teve qualquer novo contacto ou informação adicional sobre o assunto. -----

Relativamente às passagens desniveladas (ou aéreas), foi referido que o projeto se encontra em curso. Já tinham sido realizadas conversações prévias com o objetivo de confirmar se as localizações inicialmente previstas se manteriam ou se seriam necessárias alterações. -----

O projeto foi apresentado e, de acordo com a informação disponível, encontra-se praticamente concluído em termos de preparação. Contudo, as datas específicas anteriormente indicadas não estavam disponíveis no momento. Foi referido que o arranque do projeto poderá ocorrer em 2026.

O Senhor Presidente esclareceu que todas as passagens foram analisadas individualmente, com os responsáveis, para confirmar se correspondiam às necessidades identificadas. Em uma ou duas situações, foi posteriormente questionada a possibilidade de alterações, mas foi informado que já não era possível proceder a modificações. -----

Como exemplo, foi referido que o terreno pertencente à Câmara Municipal, correspondente à antiga lixeira, será cedido à Infraestruturas de Portugal (IP), uma vez que está previsto ser atravessado pela nova linha ferroviária. -----

O Senhor Presidente explicou que questionou a possibilidade de desviar ligeiramente o traçado da linha, numa ordem de 10 a 15 metros, de forma a evitar o atravessamento direto do terreno. No entanto, foi-lhe transmitido pelos responsáveis da IP que o projeto já está definido daquela forma e que teria de ser executado conforme previsto. -----

Mesmo que a Câmara Municipal não concorde com a solução atual, foi-lhe indicado que não teria margem para oposição, sendo necessário aceitar os termos do projeto tal como está aprovado. -----

Prosseguindo, foi feita referência à adenda ao Acordo com o Ministério da Administração Interna (MAI), a qual foi recebida naquele dia, com um valor global de 1.904.991,39€. O Senhor Presidente



informou que poderia remeter o documento aos membros da Assembleia Municipal para conhecimento. -----

Acrescentou que a adenda será novamente submetida a reunião de Câmara e que irá solicitar a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, com o objetivo de discutir este documento, considerando tratar-se de uma matéria de grande relevância para o Concelho. -----

O Senhor Presidente assinalou que esta adenda representa uma boa notícia e destacou que a sua concretização foi fruto de uma longa luta com o Ministério da Administração Interna, não por existirem divergências entre as partes, mas devido à morosidade processual por parte daquele Ministério. -----

Quanto ao Bairro das Casas Pré-Fabricadas, os prazos a que se referiu dizem respeito ao período da candidatura, uma vez que, conforme o membro Bernardino Bengalinha Pinto já tinha conhecimento, existia um prazo estabelecido para a apresentação da mesma. Referiu ainda que uma parte ínfima do projeto dizia respeito às quatro casas localizadas no Bairro do Altinho, sendo essa a única componente que não foi concluída dentro do prazo estipulado. -----

Esta parte correspondia a um valor aproximado de 80 mil euros e, segundo indicado, o processo estava a ser desenvolvido de forma conjunta, tendo esta componente sofrido algum atraso relativamente às restantes. Apesar disso, foi garantido que o concurso público correspondente a esta intervenção já se encontrava pronto a ser lançado. -----

O Senhor Presidente referiu que o investimento terá inevitavelmente de transitar para o ano de 2026, não sendo possível concentrá-lo exclusivamente em 2025. Esclareceu que o facto de ter sido registado dessa forma prende-se com a intenção de evitar alterações nesta fase do processo. -----

Acrescentou que, uma vez que o projeto se encontra concluído, assim que forem reunidos os trâmites ainda em falta, proceder-se-á à assinatura do contrato correspondente. Posteriormente, as verbas serão devidamente alocadas, prevendo-se que a menor parcela da despesa fique afeta ao exercício de 2025 e a maior parte ao exercício de 2026. -----

Em resposta ao membro João Antunes, relativamente ao tema do simulacro, o Senhor Presidente afirmou que esta atividade apenas reforçou a sua preocupação, uma vez que tanto ele como todos os presentes na sala tinham plena consciência da existência dos problemas identificados. -----

Destacou que este simulacro já havia sido por si solicitado há algum tempo, tendo, inclusivamente, pedido a realização de um outro exercício semelhante noutra rua do centro da vila, nomeadamente numa das ruas transversais, onde o cenário seria, na sua opinião, ainda mais preocupante. -----

O Senhor Presidente da Câmara observou que a presença de viaturas estacionadas no interior da vila constitui um impedimento sério à entrada de veículos de emergência, nomeadamente os carros de bombeiros. -----

Referiu que, até ao momento, ainda não foi encontrada uma solução concreta para esta situação, uma vez que a resolução do problema implicaria a alteração da sinalização existente na vila, o que, por agora, não se revela viável. -----

O Senhor Presidente salientou que a resolução do problema do estacionamento no Centro Histórico, especialmente na zona da Praça da República, não é tarefa fácil. Reconheceu que as ruas são estreitas e que, naturalmente, “todos nós gostamos de levar o carro até à porta das nossas casas”. -----



Acrescentou que o simulacro realizado veio confirmar as dificuldades de acesso das viaturas dos bombeiros em situações de urgência, reforçando a necessidade de encontrar soluções adequadas para este problema. -----

Disse ainda que esta atividade teve como objetivo sensibilizar as pessoas que frequentam diariamente a zona e que ali deixam os seus veículos estacionados, para a importância de garantir o acesso livre às viaturas de emergência. -----

Voltou a intervir o membro Bernardino Bengalinha Pinto, referindo que não tinha compreendido o assunto relativo à IP – Infraestruturas de Portugal. Sublinhou que o acordo entre as duas entidades datava de 2021 e, tendo em conta que já tinham decorrido quatro anos, questionou se teria havido alguma alteração ao referido acordo. Referiu ainda que lhe foi solicitado assinar uma ata datada de 2021, pelo que solicitava esclarecimentos sobre eventuais atualizações ao documento. -----

Outro aspeto a que o membro Bernardino Bengalinha Pinto se referiu foi ao facto de a entidade IP – Infraestruturas de Portugal afirmar que “é assim que está projetado”, considerando, no entanto, que, sendo o terreno propriedade do Município, este deve necessariamente ter uma palavra a dizer no processo. -----

Perante esta situação, defendeu que ou a IP - Infraestruturas de Portugal avançava com um processo de expropriação, tal como fazia com os demais proprietários, ou o Município teria de se pronunciar formalmente sobre a matéria. -----

Referiu que a mesma lógica se aplicava às passagens, e, a propósito, recordou que já tinha alertado, numa sessão anterior da Assembleia Municipal, para o risco de, caso o Executivo não tivesse o devido cuidado, o Município poder não defender devidamente os interesses dos munícipes do Concelho de Viana. -----

Acrescentou que, na altura, num vídeo divulgado publicamente, foi afirmado que a intenção era manter as duas passagens atualmente existentes no local, enquanto a proposta da IP – Infraestruturas de Portugal visava a sua redução para apenas uma, estando a entidade a procurar perceber se o Município estaria de acordo com essa solução. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto deixou ainda uma palavra de felicitação ao Executivo pela boa notícia da receção da Adenda do Ministério da Administração Interna (MAI), realçando a importância desse documento para todos. Sublinhou que, certamente, todos estariam de acordo quanto ao facto de que a construção do novo Quartel transmite uma ideia clara de reforço das condições de segurança em todo o Concelho. -----

O Senhor Presidente manifestou a sua concordância com a intervenção do membro Bernardino Bengalinha Pinto e esclareceu que não houve qualquer alteração ao Acordo assinado com a IP – Infraestruturas de Portugal. Acrescentou que a única diferença verificada dizia respeito à assinatura constante do documento, que ainda apresentava o nome do anterior Presidente, Bernardino Bengalinha Pinto. -----

Relativamente à ata que havia sido enviada para a referida entidade, o Senhor Presidente referiu que esta já deveria ter sido remetida anteriormente, sublinhando que a responsabilidade pela demora não era sua. No entanto, considerou que, mais do que identificar responsabilidades, o mais



importante neste momento era que todos estavam ali com o objetivo comum de defender o Concelho e de encontrar soluções para os problemas existentes. -----

Informou ainda que, com o intuito de acelerar o processo, efetuou uma chamada telefónica no sentido de garantir que a ata fosse assinada com brevidade, permitindo assim que o procedimento avançasse mais rapidamente. -----

Relativamente à questão das passagens, o Senhor Presidente referiu que este tinha sido um tema amplamente debatido, tendo-se defendido a manutenção das duas passagens existentes. Em relação à outra questão, considerou que se tratava de um assunto “relativo”, embora não concordassem com a perda de um pequeno pedaço de terreno. -----

Contudo, salientou que, perante as circunstâncias, considerava preferível abdicar de 10 ou 15 metros de terreno a entrar num processo litigioso, optando assim por evitar conflitos jurídicos prolongados. O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra e afirmou que insistia na questão das passagens desniveladas porque tinha plena consciência do volume do investimento que seria realizado, como a eletrificação, que são investimentos significativos e que ocorrem apenas a cada duas gerações. -----

Considerando que esta é a fase em que se vive, defendeu que vale a pena lutar pela manutenção das duas passagens, apesar da resistência da entidade responsável, que tende a reduzir o número de passagens de duas para uma, sempre que possível. Reforçou, contudo, que esta não é a posição que o Município pretende assumir. -----

Ponto três) Proposta de Designação de elementos para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, nos termos do disposto na alínea I) do nº1 do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, na redação atual – Neste ponto da Ordem

de Trabalhos, interveio o Senhor Presidente da Assembleia, informando que o documento em questão tinha sido enviado a todos os eleitos. Acrescentou que, naquele dia, tinha falado com a Presidente da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, que lhe informou não estar em boas condições de saúde para estar presente na sessão. -----

Além disso, referiu que existiam prazos para o envio do documento à Comissão Nacional, o que já tinha sido cumprido. Assim, explicou que o documento estava apenas para conhecimento, pelo que se prescindiu da presença da Presidente da CPCJ na sessão. -----

Colocando o documento em discussão, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se alguém pretendia colocar alguma questão sobre o mesmo. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu, em nome de todos, o trabalho desenvolvido pela CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e deu conhecimento do trabalho realizado. -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que, na sala, havia pessoas mais habilitadas para se pronunciarem sobre o trabalho desenvolvido por aquela entidade. Realçou, no entanto, que “o trabalho de qualquer CPCJ é tanto melhor quanto menos se dá por ela”, ou seja, quanto menos se fala da sua existência, isso é sinal de que o trabalho está a ser bem feito. -----

Ponto quatro) Proposta de Designação de elementos para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, nos termos do disposto na alínea I) do nº1 do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, na redação atual -Usou da palavra



o Senhor Presidente da Assembleia, fazendo o enquadramento do assunto, na sequência da comunicação enviada pela CPCJVA – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo. Nos termos do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na redação atual, a Comissão Alargada da CPCJ integra quatro cidadãos eleitores, designados pela Assembleia Municipal. -----

Tendo em conta que um dos elementos anteriormente designados manifestou a sua intenção de renunciar, alegando incompatibilidade de horários, torna-se necessário proceder à sua substituição. Importa, assim, dar início ao processo de designação de um novo elemento para integrar a referida Comissão. -----

O Senhor Presidente explicou que o que se pretende, neste ponto, é a confirmação dos três cidadãos que atualmente integram aquela entidade e, simultaneamente, a designação de um quarto elemento em substituição daquele que, aparentemente, deixou de reunir condições para continuar a exercer funções. -----

Por se tratar da apreciação e votação de nomes individuais de pessoas, informou ainda que a votação será realizada por escrutínio secreto. -----

Neste sentido, o Senhor Presidente propôs que se procedesse à votação, por escrutínio secreto, da eleição dos três membros que já integravam a Comissão: Luís Carlos Mendes, Ana Isabel Milhano e Helena Barros Torrão, seguindo-se a eleição de um quarto elemento, conforme previsto e solicitado pela CPCJVA. -----

Assumindo que os nomes propostos mantinham interesse e disponibilidade para continuar a colaborar com a Comissão, restava apenas indicar um quarto cidadão eleitor para ser igualmente submetido a eleição. -----

Em seguida, o Senhor Presidente questionou os presentes sobre a existência de propostas para esse quarto nome. -----

O membro António Grosso, em representação dos eleitos da CDU, apresentou a proposta de designação da cidadã Ana Raquel Belchior Paulos para integrar a CPCJVA – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, como quarto elemento a submeter a votação. -----

Sendo esta a única proposta apresentada para o quarto elemento, o Senhor Presidente da Assembleia sugeriu que a votação fosse realizada nome a nome, por escrutínio secreto. -----

Procedeu-se de imediato à votação. -----

Foram assim reeleitos os seguintes cidadãos: -----

- Luís Carlos Zorro Ferreira Mendes, com 12 votos favoráveis, 2 votos contra e 4 votos em branco;
- Ana Isabel Candeias Milhano, com 12 votos favoráveis, 1 voto contra e 4 votos em branco. -----

O membro Tânia Milhano, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, declarou o seu impedimento de participar na votação, por motivo de proximidade de parentesco com a cidadã Ana Isabel Candeias Milhano. -----

Por último, foi reeleita a cidadã Helena Isabel Barros Torrão, com 13 votos a favor, 2 votos contra e 2 votos em branco. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal não participou nesta votação, por se encontrar impedido devido à relação de parentesco com a cidadã reeleita. -----



Terminou-se a votação, com a eleição da nova cidadã Ana Raquel Belchior Paulos, com 15 votos favoráveis, 1 voto contra e 2 votos brancos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou aos serviços que, logo que oportuno, informassem a Senhora Presidente da CPCJ acerca desta decisão. -----

O membro João Antunes, no uso da palavra, agradeceu a forma como os trabalhos foram conduzidos e como facilmente todos chegaram a acordo relativamente a esta nomeação. -----

Referiu ainda que se trata do superior interesse da criança, o que, só por si, justifica plenamente esta decisão. -----

Salientou que foram escolhidas quatro pessoas com competências reconhecidas na área da infância e juventude, sendo este um trabalho de prevenção bastante importante e fundamental. Acredita que tanto os anteriores membros como os novos membros continuarão a desempenhar essa missão com dedicação. -----

Prosseguindo, afirmou que “para educar uma criança é preciso uma aldeia”. Neste sentido, a Assembleia Municipal foi chamada, nos termos da lei, a pronunciar-se sobre os representantes que irão integrar a Comissão. -----

Referiu ainda que a Bancada do Partido Socialista e certamente em nome da unanimidade da Assembleia, desejava um bom mandato a todos os comissários da CPCJ, em especial aos que representam esta Assembleia Municipal. -----

Acrescentou que a sorte desses representantes é também a sorte da comunidade, deixando um sincero bem-haja pela disponibilidade demonstrada por todos e votos de um excelente trabalho. ----

O Senhor Presidente da Assembleia afirmou que se associava à intervenção do membro João Antunes, sublinhando tratar-se de um trabalho de valor inestimável, muitas vezes discreto, quase “surdo”, e que passa despercebido à maioria das pessoas, exceto àquelas que estão diretamente envolvidas. -----

Reconheceu ainda que os membros da CPCJ são frequentemente confrontados com autênticos dramas humanos e recordou o que já havia referido anteriormente: quanto menos estas pessoas tiverem de intervir, melhor sinal será da saúde, em todos os níveis, das crianças e jovens do nosso Concelho. -----

O Senhor Presidente da Assembleia sublinhou que “sabemos perfeitamente que não vivemos num mundo perfeito; sabemos que os problemas existem e que estas pessoas, tal como outras noutros concelhos, são frequentemente confrontadas com situações de profunda miséria humana”. -----

Associando-se à intervenção do membro João Antunes, desejou boa sorte na execução das tarefas que estas pessoas terão pela frente, reconhecendo o desafio e a importância do trabalho que irão desempenhar. -----

Ponto cinco) Proposta de aprovação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2024 O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção explicando a forma como o executivo municipal encarou a Prestação de Contas referente ao ano de 2024. Considerou que a avaliação era positiva, uma vez que foram cumpridos os objetivos inicialmente definidos. Destacou ainda que, ao longo do ano, foram preparados projetos e apresentadas candidaturas com vista ao seu arranque em 2025. -----



Na área do ambiente, referiu que, em 2024, foram encaminhadas para aterro cerca de 2.490 toneladas de resíduos indiferenciados, registando-se ainda um aumento na entrega de resíduos seletivos em aproximadamente 40 toneladas. Este crescimento foi encarado como um sinal de evolução positiva, quer do ponto de vista económico, quer ambiental. -----

No que respeita à situação financeira da Câmara Municipal, informou que as contas estavam devidamente certificadas e que a situação era equilibrada. No final do exercício de 2024, a capacidade de endividamento ascendia a 4 milhões de euros. A taxa de execução global foi superior ao mínimo legalmente exigido, situando-se nos 85%, enquanto a execução da receita atingiu os 89,61%. Foi ainda destacado que o município transitou para 2025 com um saldo de gerência de aproximadamente 1,5 milhão de euros e com um número inferior de faturas por pagar face ao ano anterior. -----

Sublinhou que, embora pudessem ter adiado alguns pagamentos para além dos 90 dias, o que permitiria apresentar um saldo ainda maior, essa nunca foi a intenção do executivo. O objetivo foi sempre manter uma política de pagamentos atempados, por considerar que transitar com um saldo elevado acompanhado de muitas faturas por liquidar não representa uma boa prática de gestão financeira. -----

Referiu também que foi dada continuidade à atualização dos montantes transferidos para as Juntas de Freguesia, os quais registaram um valor muito superior ao habitual. Relativamente ao apoio às associações, assinalou um aumento significativo em 2023, na ordem dos 177 mil euros. -----

No que toca às despesas com pessoal, indicou que, em 2024, estas totalizaram cerca de 4.756.000 euros, representando um aumento de aproximadamente 6% face a 2023. Esclareceu que esse acréscimo não se deveu ao aumento do número de trabalhadores, mas sim às atualizações salariais e progressões de carreira. -----

Por fim, destacou a evolução verificada na Divisão Urbanística, a qual, embora não tenha atingido ainda o nível ideal, se encontrava numa fase de melhoria significativa. Sublinhou que deixaram de acumular processos e conseguiram prestar respostas mais céleres aos munícipes. Considerou esta Divisão como sendo de extrema importância para o desenvolvimento do concelho, reconhecendo que foi uma aposta exigente, mas que já apresenta resultados visíveis ao nível do desempenho. -----

Seguiu-se a intervenção do membro Ricardo Soldado, que se referiu ao ponto em votação, salientando que o mesmo era intitulado como “Proposta de aprovação dos Documentos...”. No entanto, conforme indicou, na proposta que havia sido enviada juntamente com os documentos, especificamente no ponto dois, constava: “Submeter à Assembleia Municipal os referidos documentos de prestação de contas, para competente apreciação e votação...”. -----

Perante esta discrepância, afirmou que, na opinião da Bancada do VIVA, deveria constar a palavra *apreciação* em vez de *aprovação*, uma vez que a aprovação é da competência da Câmara Municipal e não da Assembleia. -----

Nesse sentido, o membro Ricardo Soldado declarou que a Bancada do VIVA se associava à apreciação negativa anteriormente apresentada pelo Vereador do VIVA, em sede de Reunião de Câmara, realizada no dia 17 de abril do ano em curso. -----

Usou da palavra o membro Bernardino Bengalinha Pinto, que, referindo-se à explicação apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente ao ponto em causa, comentou que “eram as contas do Senhor Presidente, tinha de as elogiar”. -----



De seguida, afirmou que o membro Ricardo Soldado tinha razão na observação feita, uma vez que a Assembleia Municipal não aprova as prestações de contas, limitando-se a apreciá-las e votá-las, o que, conforme destacou, não é a mesma coisa. -----

Concluiu referindo que esta interpretação não era meramente opinativa, mas sim fundamentada na lei em vigor, a qual deve ser respeitada, sobretudo nas instituições públicas. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto fez referência à alínea i) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, que estabelece as competências da Assembleia Municipal, citando: *Apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os elementos de Prestação de Contas.*-----

Com base nesta disposição legal, sublinhou que a competência para aprovar os documentos de prestação de contas pertence à Câmara Municipal. Assim, mesmo que a Assembleia Municipal votasse contra, tal não produziria efeitos sobre a aprovação, uma vez que esta já teria ocorrido (ou não) em sede de reunião de Câmara. -----

Continuando a sua intervenção, o membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu que, relativamente aos documentos apresentados, do ponto de vista técnico, não tinha observações a fazer. Contudo, no que respeita aos conteúdos, começou por comentar a Nota Introdutória, afirmando que esta reunia investimentos já concretizados, em fase de concretização, e ainda intenções, considerando que essas contas apenas poderiam ser avaliadas no final do mandato. -----

Relativamente às atividades desenvolvidas, afirmou que se verificava uma redução em algumas áreas, salientando que essa constatação não era subjetiva, mas baseada no que estava efetivamente descrito nos documentos. Como exemplo, mencionou as Bibliotecas Municipais, o Posto de Turismo, entre outros, e referiu ainda a existência de projetos que tinham sido abandonados, nomeadamente o programa *Conhecer a História*. -----

Enfatezou que o concelho possui um património histórico e cultural muito rico, defendendo que deve continuar a apostar-se nesse património, o que, na sua opinião, tem sido feito de forma acertada. -----

Salientou que o projeto referido era simples, pelo que não exigia o reforço do Mapa de Pessoal, apenas a contratação de uma prestação de serviços de baixo custo, defendendo ainda que deveria ser dada continuidade ao projeto anteriormente desenvolvido pela Dra. Fátima Farrica. -----

No que respeita à análise económico-financeira, referiu que existiam dois rácios importantes que registaram uma deterioração em 2024 face a 2023: o da autonomia financeira e o da solvabilidade. Assinalou também um agravamento da situação de endividamento, com um aumento de 20% no endividamento de curto prazo e um aumento superior a 50% no endividamento de médio e longo prazo. O membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu-se também a eventos pouco participados em 2024, como era o caso da “Mostra de Doçaria”, assunto já abordado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, com o qual mostrou preocupação e que o Senhor Presidente da Câmara reconheceu que tinha sido uma das menos participadas dos últimos anos. -----

Relativamente à questão dos resíduos, o membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu que, embora o Senhor Presidente tenha destacado a vertente ambiental, verificava-se uma gestão insuficiente nesta área. Apontou que os resíduos indiferenciados aumentaram em 2023, e que, segundo o próprio documento apresentado, tal se devia à diminuição da quantidade de recicláveis recolhidos nos



ecopontos existentes na via pública, bem como na recolha seletiva porta-a-porta, *que se iniciou nas três freguesias.*

A concluir a sua intervenção, o membro Bernardino Bengalinha Pinto destacou que a questão que mais o deixava preocupado e triste era a das perdas de água, uma problemática que, segundo referiu, tem vindo a apresentar uma tendência recorrente ao longo dos últimos anos. Indicou que, após um período de melhoria, a situação regrediu, sendo que o valor das perdas reais de água em 2024 foi superior ao registado em 2019.

Apresentou os seguintes dados:

- 2022: perdas de 23%;
- 2023: perdas de 32%;
- 2024: perdas de 39%.

Face a estes números e à análise global efetuada, informou que a Bancada do Partido Socialista (PS) se iria abster na votação das contas, esclarecendo que não pretendiam classificá-las positivamente ou negativamente, mas consideravam que o concelho de Viana merecia uma gestão mais eficaz. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia, que afirmou que *detestava dar o braço a torcer, mas não era teimoso só porque sim.* -----

Referiu que, após verificação, constatou que, de facto, em diversos anos anteriores, a redação do ponto em causa era “Apreciação e votação”, não se fazendo referência à aprovação. -----

Desta forma, reconheceu que o membro Ricardo Soldado tinha razão na forma como colocou a sua questão. -----

Neste contexto, o Senhor Presidente da Assembleia acrescentou que, no edital onde se lia “Proposta de aprovação dos Documentos...”, deveria ler-se: “Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas...”, esclarecendo que era exatamente isso que se pedia à Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, Frederico Carvalho, que aproveitou o momento para fazer um esclarecimento relativamente ao Decreto-Lei n.º 75/2023, de 9 de agosto, relativo à progressão de carreiras, tema que o Senhor Presidente da Câmara lhe tentou explicar anteriormente. -----

Esclareceu que esta questão está relacionada com custos que não se referem ao presente ano, mas sim ao próximo exercício financeiro. Referiu, ainda, que, quanto ao Decreto-Lei, o seu fundamento reside no facto de que os funcionários devem contar com 18 anos de carreira até à data, momento a partir do qual podem ter o descongelamento do respetivo processo de carreira. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas referiu que o seu executivo apurou a situação e verificou que havia um trabalhador enquadrado nas condições referidas. Considerando que estavam a apreciar as contas do Município, questionou se o Município tinha esta questão devidamente acautelada, tendo em conta que existiam retroativos desde janeiro de 2024. -----

Adiantou ainda que a Junta de Freguesia de Alcáçovas está, neste momento, a proceder à contabilidade relativa a esse funcionário, uma vez que terão de pagar os retroativos até ao mês em curso. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o assunto estava devidamente acautelado, na medida em que, sempre que é elaborado um orçamento, reserva-se uma verba específica para fazer face a situações imprevistas. -----



Explicou que existem diversas rubricas relacionadas com os salários, o que permite que fique sempre uma margem financeira disponível, prevendo-se, nomeadamente, o pagamento de retroativos. -----

O Senhor Presidente da Câmara recordou que, em 2023, aquando da atualização do SIADAP e de algumas carreiras, foram pagos cerca de 200 mil euros em retroativos. Referiu ainda que, considerando todo o percurso do SIADAP e as atualizações de carreira aos 10, 15 e, provavelmente, 18 anos de serviço, o montante total de retroativos pagos aos trabalhadores já ultrapassou os 300 mil euros. -----

Acrescentou que, por norma, é sempre calculada uma verba superior ao necessário, precisamente para fazer face a este tipo de encargos. Quando, no final do ano, se verifica a necessidade de ajustar verbas entre rubricas, recorre-se normalmente a essas dotações, por apresentarem saldo excedente. -----

Voltou a intervir o membro Bernardino Bengalinha Pinto, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas. Afirmou que compreendia a sua preocupação, considerando-a legítima, mas referiu que a ajuda do Senhor Presidente da Câmara era limitada, uma vez que cada caso era um caso.

Explicou que os valores não eram uniformes nem individuais, pois resultavam de médias aplicadas a diferentes situações, podendo a média na Câmara Municipal ser, por exemplo, de 15 anos de carreira, enquanto, numa Junta de Freguesia, poderia atingir 20 anos. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas esclareceu que, numa primeira abordagem, tanto o membro Bernardino Bengalinha Pinto como o Senhor Presidente da Câmara tinham interpretado a sua intervenção de forma semelhante. No entanto, referiu que o Senhor Presidente da Câmara já tinha compreendido o verdadeiro sentido da sua questão, que se inseria no contexto da Assembleia Municipal, com o objetivo de perceber se o Município tinha contabilizado estas situações. -----

Acrescentou que a Junta de Freguesia de Alcáçovas já tinha procedido à contabilização dos valores suplementares que seriam necessários para efetuar os respetivos pagamentos. -----

Não havendo mais questões, a Assembleia apreciou e aprovou, por maioria, com 7 votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU e 11 abstenções por parte dos eleitos do PS e do VIVA, os Documentos de Prestação de Contas relativo ao ano de 2024. -----

Ponto 6) Proposta de aprovação da 8ª. alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, ainda em vigor – O

Senhor Presidente da Câmara explicou que o documento em análise dizia respeito a uma proposta de substituição de dois lugares de Assistente Técnico por um lugar de Técnico Superior. Justificou esta alteração com a necessidade de reforço ao nível jurídico, nomeadamente com a abertura de um lugar para jurista, razão pela qual se prescindiu de dois Assistentes Técnicos para criar uma vaga de Técnico Superior. -----

Salientou ainda que esta proposta ia ao encontro do compromisso assumido, tanto em sede de Câmara como em Assembleia Municipal, de não aumentar o número global de lugares nem os encargos com pessoal, mantendo os valores sob controlo. Acrescentou que a troca proposta resultava, em termos de despesa, num valor inferior ao atualmente existente. -----

Referiu ainda que a proposta incluía também a regularização de uma situação de mobilidade intercarreiras, o que estava em linha com o que já havia sido discutido anteriormente. Acrescentou que havia igualmente a alteração do lugar de veterinário, passando este a estar enquadrado em regime de mobilidade interna. -----



O Senhor Presidente da Câmara afirmou que estas três propostas eram as que se submetiam à apreciação da Assembleia Municipal, considerando que eram necessárias para o bom funcionamento do Município. -----

Após a explicação do Senhor Presidente da Câmara, a Assembleia deliberou aprovar por unanimidade, a proposta de aprovação da oitava alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, ainda em vigor. -----

Ponto sete)Proposta de concessão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais –

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, esclarecendo que, atendendo à inexistência de Orçamento aprovado, se propunha à Assembleia Municipal uma autorização genérica, que permitisse o desenvolvimento dos processos essenciais, evitando a necessidade de pedidos específicos e reiterados para determinados fins, como, por exemplo, a aquisição de gasóleo e energia elétrica. -----

Referiu que se tratava de necessidades correntes, que têm de ser resolvidas de forma contínua ao longo do tempo, e que o objetivo desta proposta era precisamente evitar pedidos frequentes de alterações orçamentais. -----

Concluiu que se tratava de uma alteração que visava assegurar o melhor funcionamento dos serviços municipais. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto interveio, referindo-se ao artigo 12.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e salientou que, não tendo sido aprovadas as Grandes Opções do Plano, a Bancada do PS manifestava sérias dúvidas quanto à forma e validade do documento apresentado. -----

Neste contexto, afirmou que não estava em causa a disponibilidade da Assembleia Municipal para facilitar o trabalho da Câmara Municipal, mas sim o princípio de que os procedimentos devem ser cumpridos de acordo com a legislação em vigor. -----

Realçou que não havia qualquer problema em aprovar despesas essenciais, como gasóleo, energia, gás ou seguros, desde que tal fosse feito com base num Orçamento aprovado na componente da despesa, e não apenas no Plano Plurianual de Investimentos (PPI). -----

Explicou que, para esse tipo de aprovação, seria necessário consultar o Orçamento e verificar se as rubricas orçamentais dispunham de saldo suficiente. Acrescentou que, quando este tipo de autorização surge associada às Grandes Opções do Plano, funciona como se fosse um anexo desses mesmos Planos. Contudo, sublinhou que não era esse o caso, uma vez que os documentos em análise foram apresentados separadamente. -----

Neste sentido, o membro Bernardino Bengalinha Pinto fez referência à menção a empreitadas no documento em análise e questionou quais seriam essas empreitadas, uma vez que não estavam devidamente especificadas. -----

Aproveitou a ocasião para reafirmar o papel da Assembleia Municipal, sublinhando que esta não existia por acaso, sendo um órgão deliberativo com competências próprias, que se posiciona acima da reunião de Câmara. -----

Destacou que a Assembleia Municipal tem a obrigação e o dever de fiscalizar os atos da Câmara Municipal e expressou receio quanto à aprovação do documento em causa, alertando que, na ausência de esclarecimentos, poderia estar-se a incorrer em responsabilidade financeira, ao viabilizar aprovações que, eventualmente, não estariam em conformidade com a lei. -----



O membro Bernardino Bengalinha Pinto observou ainda que o Tribunal de Contas exige a apresentação de diversos elementos, salientando que, por essa razão, toda a documentação e informação apresentada deve ser coerente e coincidente. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que não tinha muito a acrescentar, adiantando que também consultou o artigo legal em causa, o qual não utiliza a expressão “deve”, mas sim “pode”. -----

Sublinhou que isso significa que, do ponto de vista legal, é possível proceder dessa forma, desde que exista confiança ou vontade de facilitar o funcionamento dos serviços. Caso contrário, a autorização não é concedida. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o executivo já tinha dado provas de uma gestão responsável, sublinhando que não se gastava dinheiro sem garantir previamente todas as autorizações legalmente exigidas. -----

Relativamente ao caso em apreço, explicou que a intenção era apenas facilitar o funcionamento dos serviços, evitando a repetição constante de pedidos, mas que a decisão final cabia naturalmente à Assembleia Municipal, enquanto órgão competente para deliberar. -----

Sobre a posição manifestada pelo membro Bernardino Bengalinha Pinto, o Senhor Presidente da Câmara considerou que, ao contrário do que afirmara, a sua intenção era criar entraves ao processo, em vez de colaborar para a sua viabilização. -----

Voltou a intervir o membro Bernardino Bengalinha Pinto, afirmando que as declarações do Senhor Presidente da Câmara não lhe pareciam justas. Esclareceu que, caso existisse um Orçamento com as respetivas rubricas de gás, energia e outras despesas correntes devidamente identificadas, a Bancada do Partido Socialista aprovaria de imediato. -----

Sublinhou que, na sua opinião e na da sua bancada, o documento apresentado estava mal elaborado. Reforçou que a intenção não era dificultar, pelo contrário, mas questionou que empreitadas estavam em causa e como poderia a Assembleia Municipal conceder uma autorização genérica sobre empreitadas desconhecidas, sem qualquer anexo explicativo que permitisse uma análise rigorosa. -----

Prosseguindo a sua intervenção, o membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu que a inexistência de Grandes Opções do Plano para o ano de 2025 implicava que qualquer novo projeto a introduzir nesse ano teria de ser previamente submetido à apreciação da Assembleia Municipal, uma vez que os documentos estruturantes não foram aprovados, pelo que não se poderia proceder com base em facilitação ou exceções. -----

De seguida, referiu-se a uma estimativa de despesa com gasóleo no valor de 110 mil euros, questionando se a respetiva rubrica orçamental teria, de facto, esse montante disponível. Admitiu que até poderia acreditar que sim, mas reiterou que, na sua perspetiva, o processo estava mal elaborado, o que levantava dúvidas quanto à sua conformidade e rigor. -----

Este membro aproveitou para reforçar que, nesta fase, não se admitia nem era aceitável descurar os preceitos legais, sublinhando que as matérias devem ser tratadas com o devido rigor. -----

Reforçou que não se tratava de dificultar o processo, mas apenas de exigir que tudo fosse feito como deve ser. Acrescentou ainda que, caso os saldos das respetivas rubricas fossem devidamente apresentados nos documentos Plurianuais, o seu voto, como habitualmente, seria favorável. -----



O membro Bernardino Bengalinha Pinto voltou a afirmar as suas dúvidas quanto à legalidade do procedimento proposto, referindo que nunca tinha sido adotado esse método anteriormente, e que essa era, precisamente, a questão central. -----

Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara a leitura do artigo 12.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, tendo, em seguida, declarado que concordava com o teor do artigo referido. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, reafirmando que nunca seria apresentada uma proposta em que as rubricas não tivessem cobertura orçamental suficiente. -----

De seguida, tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, chamando a atenção para a última parte do artigo mencionado, que determina: -----

Nas próximas sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação, na qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente autorização prévia.

Sublinhou que esta exigência significava que, até ao final do mandato, não haveria muitas mais sessões ordinárias, sendo que estas já estavam previamente calendarizadas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o que estava em causa era, essencialmente, um pedido de confiança por parte do executivo, uma espécie de “certidão de confiança”, através da qual se diria: -----

“Nós queremos fazer isto e, nas próximas sessões ordinárias, prestaremos contas daquilo que fizemos.”

Explicou que esta situação decorre do facto de não existirem documentos previsionais aprovados, nomeadamente o Orçamento, o que, na sua opinião, era o verdadeiro elemento perturbador de todo o processo. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto voltou a intervir, referindo que tinha apresentado uma sugestão concreta. Reconheceu que poderia não haver documentos previsionais aprovados, mas salientou que as despesas correntes em causa não integravam os mapas do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) nem do PAM (Plano de Atividades e Investimentos Municipais), pelo que uma simples listagem discriminada seria suficiente para permitir a análise e eventual aprovação. -----

Reforçou que os documentos apresentados estavam, na sua perspetiva, mal elaborados, e que situações semelhantes já tinham ocorrido em sessões anteriores, nomeadamente a omissão de pontos obrigatórios nas Ordens de Trabalhos. -----

Recordou ainda que, na última sessão da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia foi obrigado a retirar um ponto da Ordem de Trabalhos, situação relativamente à qual o Senhor Presidente da Câmara manifestou discordância. Contudo, sublinhou que os procedimentos têm regras e devem respeitar o preceito legal. -----

Reforçou que tinha sérias reservas em votar favoravelmente ou mesmo em abster-se relativamente ao documento em causa, por receio de eventualmente incorrer em responsabilidade financeira, face às aprovações subsequentes que dele poderiam resultar. -----

Acrescentou ainda que lhe parecia existirem circuitos processuais com os quais não concordava, mas sublinhou que, tratando-se de uma entidade pública, era imperativo que se cumprisse a lei e os procedimentos legalmente estabelecidos. -----

Afirmou que, por vezes, o que procurava transmitir parecia ser interpretado como algo descabido, quando, na verdade, se limitava a defender o cumprimento rigoroso das normas aplicáveis.



O membro Bernardino Bengalinha Pinto referiu ainda que, considerando que iria realizar-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para deliberar sobre a adenda ao protocolo relativo ao Quartel da GNR, poderia ser reapresentado, nessa ocasião, o assunto em causa, desde que devidamente reformulado e elaborado com o rigor necessário. -----

Acrescentou que a Bancada do Partido Socialista tinha inicialmente previsto acompanhar o sentido de voto das Senhoras Vereadoras, abstendo-se, caso fosse prestado um esclarecimento claro e fundamentado. No entanto, referiu que, apesar de ter ouvido a explicação do Chefe de Divisão durante a reunião de Câmara, não a considerou suficientemente clara. -----

Concluiu reafirmando que os membros da Assembleia Municipal têm a responsabilidade de fiscalizar a atividade da Câmara, e que não existia qualquer intenção de criar obstáculos ao trabalho do executivo municipal, apenas de garantir o cumprimento rigoroso das normas legais. -----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, afirmando que todos os presentes sabiam claramente qual era o tema em discussão. Referiu ainda que, por vezes, entra em jogo aquilo que informalmente se designa como “CC” (coeficiente de cagaço), sobretudo quando se coloca a questão da eventual responsabilização financeira. -----

Esclareceu que, em termos legais, é sabido que a responsabilização financeira apenas recai sobre quem vota favoravelmente, pelo que, quem se abstém, não incorre em qualquer tipo de responsabilidade nesse âmbito. -----

Interveio novamente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, que, em representação da força política VIVA, afirmou que, eventualmente, poderiam ter esse “coeficiente” referido anteriormente, uma vez que não se sentiam plenamente seguros quanto ao conteúdo do ponto em votação, nas condições em que se encontrava. -----

Sublinhou que não queriam votar sem a devida clareza, sob pena de tal decisão poder ter consequências não apenas para os membros do VIVA, mas também para o executivo municipal e para o próprio Município. -----

Nesse sentido, apelou à retirada do ponto em causa, conforme já tinha sido sugerido pelo membro Bernardino Bengalinha Pinto, propondo que o mesmo fosse submetido numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal. -----

Acrescentou que haveria toda a disponibilidade da sua força política para a realização de uma sessão exclusivamente dedicada a esse ponto, ou a outros que se considerassem pertinentes. -----

Concluiu afirmando que, relativamente a este caso concreto, os eleitos do VIVA não se sentiam confortáveis em viabilizar o ponto, nas condições apresentadas. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto tomou novamente a palavra, observando que a questão em discussão já havia sido levantada anteriormente numa reunião de Câmara, pelo que considerava que teria sido prudente que o ponto tivesse sido estruturado e fundamentado de forma diferente naquela ocasião. -----

Acrescentou que, “políticas à parte”, não se sentia confortável em votar favoravelmente o ponto, referindo que, de acordo com a informação de que dispunha, existiam situações em que foi atribuída responsabilidade financeira a eleitos que se abstiveram em determinadas deliberações, sendo que,



segundo o seu entendimento, apenas quem vota contra ficaria isento dessa responsabilidade, embora admitisse que poderia estar errado. -----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, afirmando que não tinha conhecimento de nenhum caso concreto nesse sentido. Perante esta afirmação, o membro Bernardino Bengalinha Pinto respondeu que o assunto estaria certamente legislado e que, por essa razão, tais situações deveriam ser objeto de maior clareza e aperfeiçoamento no futuro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, com toda a certeza, seria possível obter uma resposta esclarecedora junto do Departamento Jurídico da CCDR Norte, mediante uma pesquisa adequada. -----

De seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, afirmando que necessitava de autorização para proceder às aquisições de bens essenciais, nomeadamente gasóleo, energia elétrica e gás, e que, caso a proposta fosse reprovada, estas aquisições poderiam ficar comprometidas. -----

Acrescentou que, mesmo que se viesse a realizar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, o processo levaria o seu tempo, o que colocaria em risco a continuidade desses fornecimentos, essenciais para o funcionamento dos serviços. -----

Sublinhou ainda que, caso fosse indicado que a proposta seria reprovada, tal retiraria ao executivo qualquer margem de manobra, e rematou dizendo que, eventualmente, seria preferível que a proposta fosse mesmo rejeitada, para que a responsabilidade recaísse sobre quem votasse contra. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, apresentando duas possibilidades relativamente ao ponto em discussão: ou o Senhor Presidente da Câmara optava por retirar o ponto da ordem de trabalhos, e ele seria retirado, ou, em alternativa, decidia mantê-lo, ficando então a deliberação à consideração e votação da Assembleia Municipal. -----

Voltou a intervir o membro Bernardino Bengalinha Pinto, referindo que a tentativa de acelerar processos nem sempre produz os efeitos desejados. -----

A este propósito, recordou o exemplo do processo de aquisição do autocarro, que, segundo o seu entendimento, ainda não teria obtido o visto do Tribunal de Contas — ressaltando, no entanto, que poderia estar equivocado. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o Tribunal de Contas já tinha concedido o respetivo visto ao processo, confirmando a sua legalidade. Acrescentou que o atraso verificado se deveu, na sua perspetiva, à atuação da Bancada do Partido Socialista, que, ao votar contra e levantar questões que considerou infundadas, teria contribuído para o arrastamento do processo. -----

O membro Bernardino Bengalinha Pinto usou da palavra, afirmando, de forma irónica, que “talvez fosse também o Partido Socialista o culpado pelo aumento das perdas de água de 32% para 39%”.

Reforçou que, caso o ponto em discussão não fosse devidamente esclarecido, a Bancada do Partido Socialista votaria contra, apresentando posteriormente uma declaração de voto fundamentada.

Voltou a salientar que, no intervalo entre a reunião de Câmara e a presente sessão da Assembleia Municipal, teria sido prudente que o assunto tivesse sido revisto e aperfeiçoado. -----



Verificou-se ainda a intervenção do membro Frederico Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, que expressou a sua opinião relativamente às dúvidas levantadas quanto à legitimidade da matéria em discussão e à sua aprovação nas circunstâncias específicas. -----

Considerou que teria sido útil a presença de apoio técnico, nomeadamente de um jurista ou outro técnico habilitado, que pudesse esclarecer a Assembleia Municipal, contribuindo para que os membros pudessem tomar uma decisão mais fundamentada e consciente. -----

Neste contexto, o membro Frederico Carvalho reiterou o apelo à retirada do ponto da ordem de trabalhos, afirmando que, nas atuais condições, a força política VIVA votaria contra. -----

Sugeriu ainda a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, à semelhança do que já havia sido referido pelo Senhor Presidente da Câmara, tendo em vista a aprovação da Adenda ao MAI – Ministério da Administração Interna. Acrescentou que essa sessão poderia também incluir o ponto ora em discussão, desde que, até lá, fossem prestados os devidos esclarecimentos e disponibilizada informação adicional, permitindo assim que os membros da Assembleia pudessem deliberar com maior segurança e sem qualquer receio quanto às implicações da sua decisão. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, na reunião de Câmara, tinham sido levantadas dúvidas relativamente a este assunto, as quais foram devidamente esclarecidas pelo responsável técnico. -----

Informou ainda que, após os esclarecimentos prestados, a proposta foi aprovada com dois votos a favor e três abstenções. -----

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra e, a propósito da expressão informal “CC” (coeficiente de cagaço), referiu-se a um episódio ocorrido anteriormente neste mandato, envolvendo uma intervenção do Senhor Vereador António Costa da Silva, relacionada com a escola e um contrato de trabalhos a mais — ainda que ressalvando não ter a certeza absoluta dos detalhes. -----

Recordou que, na altura, se considerou que o referido contrato deveria ter sido submetido ao Tribunal de Contas, o que não aconteceu, originando várias conjecturas sobre eventuais consequências financeiras e até perda de mandato. -----

“Tudo o que podia ser dito, foi dito”, afirmou. Contudo, veio a concluir-se, pouco tempo depois, que o documento não tinha sido remetido ao Tribunal de Contas porque, efetivamente, não era exigível fazê-lo. -----

Com este exemplo, o Senhor Presidente da Assembleia quis sublinhar que, por vezes, todos os intervenientes sabem ao que vêm e ao que estão comprometidos, uns com mais anos de experiência, outros com menos, e que a forma como se apresenta ou invoca o chamado “CC” (coeficiente de cagaço) visa, muitas vezes, condicionar ou orientar o desfecho daquilo que se pretende atingir. -----

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou a proposta de retirada do ponto, conforme sugerido pelo Senhor Presidente da Câmara, assumindo o compromisso da realização, com a maior brevidade possível, de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal. -----

O objetivo seria permitir que o ponto fosse novamente submetido, acompanhado de uma proposta devidamente estruturada, que responda às questões levantadas, com eventual suporte de assessoria técnica ou jurídica, ou, alternativamente, através de documentação clara que permita compreender com exatidão o que se pretende aprovar, garantindo assim um esclarecimento a todos os membros da Assembleia Municipal. -----



O Senhor Presidente da Assembleia manifestou ainda a sua total disponibilidade para a marcação dessa sessão extraordinária, apelando a que a mesma ocorra tão brevemente quanto possível. ----- Assim, não se tendo verificado qualquer objeção à proposta de retirada do ponto, a mesma foi aprovada por unanimidade, sendo o ponto retirado da Ordem de Trabalhos. -----

Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado à intervenção do público. -----

Interveio a munícipe Bárbara Matadinho, que afirmou ter uma observação a fazer enquanto cidadã e residente na freguesia de Viana do Alentejo, relacionada com a eletrificação da linha de caminho de ferro. -----

Recordou que, durante a presente sessão, foi feita referência a essa renovação e mencionou que a mesma iria passar por um terreno pertencente à Câmara Municipal. Questionou se a obra também abrangeria terrenos de proprietários privados e se, nesse caso, estariam previstas expropriações. -----

A munícipe formulou ainda uma crítica construtiva relativamente às Comemorações do 25 de Abril, sublinhando a importância de se manter a celebração da data e de se continuar a dar-lhe o devido destaque. -----

“Querem sufocar a liberdade, mas nós dizemos que não” – afirmou. -----

A munícipe felicitou o Município pela escolha do grupo que atuou em Alcáçovas, no âmbito das Comemorações do 25 de Abril. Contudo, dirigiu uma crítica ao lançamento de fogo de artifício, considerando que tal manifestação festiva ocorreu num período de luto pelo falecimento do Papa Francisco. -----

Nesse sentido, afirmou ter-se questionado sobre a razão pela qual o Município não optou por uma celebração mais comedida, nomeadamente no que diz respeito ao fogo de artifício, que referiu ter tido uma duração aproximada de 10 minutos. -----

Para além do contexto simbólico, referiu também a vertente financeira, sublinhando que, num momento em que se apela à contenção orçamental, assumia que o custo dessa atividade não teria sido reduzido.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu à munícipe relativamente à questão colocada sobre a eletrificação da linha de caminho de ferro, informando que, apesar de não conhecer em detalhe quais os terrenos privados abrangidos, confirmou que irão ocorrer expropriações e que a obra passará, efetivamente, por alguns terrenos de particulares. -----

Salientou que, no caso das passagens desniveladas, será inevitável a intervenção em terrenos privados, uma vez que não existem terrenos do Município nessas zonas. -----

Esclareceu ainda que todo o processo de negociação e expropriação é da responsabilidade exclusiva da Infraestruturas de Portugal (IP), não cabendo à Câmara Municipal qualquer competência nesse âmbito.

Relativamente aos espetáculos das Comemorações do 25 de Abril e ao falecimento do Santo Padre, o Senhor Presidente da Câmara questionou, com o devido respeito, qual seria a diferença entre realizar um espetáculo e não lançar fogo de artifício, ou vice-versa. Na sua perspetiva, ou se cancelava a totalidade das comemorações ou nada se cancelava, sendo este também o entendimento do executivo municipal e de outros municípios.



Acrescentou que não houve, em momento algum, desrespeito, e que tudo foi concretizado conforme inicialmente previsto, sem qualquer alteração ou acréscimo.

Quanto ao custo do fogo de artifício, referiu que os valores envolvidos eram bastante reduzidos, uma vez que atualmente se recorre a uma metodologia mais económica, diferente da tradicional. Informou que o valor total gasto nas três freguesias rondou os cinco mil euros, enquanto, anteriormente, esse mesmo tipo de celebração poderia implicar uma despesa na ordem dos vinte mil euros. Por este motivo, considerou que alguns minutos adicionais de fogo de artifício não representaram um encargo financeiro significativo para o Município.

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença e a participação de todos os presentes e deu início à leitura da minuta correspondente a esta ata, a qual foi posteriormente votada e aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão às 00 horas e quinze minutos do dia 29 de abril de 2025. -----



Aprovada a 30 de setembro de 2025

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
